



CALENDÁRIO DE OBRIGAÇÕES – FEVEREIRO/2017

Caro Cliente:

O **não cumprimento** dessas obrigações, dentro do prazo legal, poderá importar em sanções gravíssimas. Assim, solicitamos a maior atenção possível aos compromissos e às respectivas datas de suas exigibilidades.

Prazo	Obrigação	Disposição Legal	Respons.	ok
Até dia 7	Os órgãos públicos devem efetuar o pagamento dos salários do mês anterior aos servidores celetistas. OBS.: Para os estatutários deve ser verificada a data fixada no respectivo Estatuto.	§ 1º, do artigo 459, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e Instrução Normativa SRT nº 1/1989.		
Até dia 7	Os órgãos públicos devem fazer as publicações resumidas dos instrumentos de contrato e seus aditamentos na Imprensa Oficial. OBS.: Para os contratos assinados no mês anterior.	Parágrafo único, do artigo 61, da Lei nº 8.666/1993.		
Até dia 7	Os órgãos e entidades municipais devem disponibilizar na Internet os resumos dos instrumentos de contratos e seus aditivos assinados no mês de dezembro/2016.	Inc. XX, do artigo 2º, da Instrução Normativa nº 28/1999 do TCU, e § 5º c/c inciso V, ambos do artigo 1º, da Lei nº 9.755/1998.		
Até dia 7	Os órgãos públicos que possuem servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, que admitiram ou demitiram durante o mês anterior, devem enviar ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, o Cadastro Geral de Empregado e Desempregado - CAGED. OBS.: As informações no CAGED relativas a movimentações de empregados para fins do seguro-desemprego, devem ser prestadas na data de início das atividades do empregado, quando este estiver em percepção do Seguro-Desemprego ou cujo requerimento esteja em tramitação; e na data do registro do empregado, quando o mesmo decorrer de ação fiscal conduzida por Auditor-Fiscal do Trabalho.	Art. 1º, da Lei nº 4.923/1965, e artigo 5º da Portaria MTE nº 1.129/2014.		
Até dia 7	Os órgãos públicos que possuem servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, devem recolher o FGTS, calculado sobre as remunerações pagas ou devidas no mês anterior, por meio da Guia do Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - GFIP, que deverá ser encaminhada eletronicamente por intermédio do SEFIP, exclusivamente pelo uso do CONECTIVIDADE SOCIAL.	Art. 15, da Lei nº 8.036/1990; artigo 32, inciso IV, da Lei nº 8.212/1991; artigo 225, inciso IV c/c § 2º, do Decreto nº 3.048/1999; e Portaria Interministerial MT/MPAS nº 326/2000 c/c Portaria Interministerial nº MPS/MTE nº 227/2005.		
Até dia 7	Os órgãos e entidades executivos de trânsito do Município devem efetuar os repasses dos valores retidos das multas de trânsito arrecadadas no mês passado, relativos aos 5% destinado à conta do Funset.	Art. 6º e art. 9º, da Portaria DENATRAN nº 95/2015.		
Até dia 7	Prefeituras, Câmaras, Fundos de Previdência, Institutos de Previdência, Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes devem enviar movimento contábil isolado e conjunto do mês de dezembro/2016 (balancetes isolados e conjuntos).	COMUNICADO GP nº 38/2016, do TCE-SP.		
Até dia 7	As Prefeituras devem enviar peças de planejamento atualizadas relativas ao 3º quadrimestre/2016 (PPA, LDO e LOA).	COMUNICADO GP nº 38/2016, do TCE-SP.		
Até dia 7	As Prefeituras devem enviar dados das publicações das receitas e despesas do ensino (artigo 256 da CE), pareceres dos Conselhos do FUNDEB relativos ao 4º trimestre/2016.	COMUNICADO GP nº 38/2016, do TCE-SP.		

Atenciosamente,

GEPAM, 06 de fevereiro de 2017